

RAYANE ARAÚJO CASTELO BRANCO RAYOL

Mestre em Direito pela Universidade de Fortaleza (2018), tendo como área de concentração Direito Constitucional nas Relações Privadas e linha de pesquisa Direito Constitucional nas Relações Jurídicas Patrimoniais, com ênfase em Direito do Trabalho. É especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade de Fortaleza(2016). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (2013). É Advogada Trabalhista atuante. Tem experiência na área de Direito Privado, com ênfase em Direito do Trabalho. Professora universitária de Direito Processual do Trabalho, Estágio IV (Prática trabalhista) e Ética Profissional da Advocacia na instituição UNIFAMETRO.

AS REPERCUSSÕES DAS CONDUTAS VIRTUAIS DO TRABALHADOR NO CONTRATO DE TRABALHO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
O CONTEXTO TECNOLÓGICO E SUA INFLUÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO	17
1.1 A sociedade da informação: considerações sobre a era da comunicação e seu impacto na privacidade.	17
1.2 O mundo do trabalho diante das tecnologias da informação e comunicação.....	23
1.3 As mídias sociais e seus impactos nas relações de trabalho.....	30
CAPÍTULO 2	
O PODER EMPREGATÍCIO: PRERROGATIVAS E LIMITAÇÕES FRENTE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA INTIMIDADE, VIDA PRIVADA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DIGITAL	37
2.1 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho: uma breve noção.	38
2.2 As diferentes dimensões do Poder Empregatício e seus limites.	44
2.3 A tutela da personalidade do trabalhador diante do poder fiscalizatório: intimidade e a vida privada frente às novas tecnologias.	50
2.4 A tutela da personalidade do trabalhador diante do poder fiscalizatório: liberdade de expressão nas mídias sociais.	56
CAPÍTULO 3	
A UTILIZAÇÃO DA CONDUTA VIRTUAL DO TRABALHADOR NAS MÍDIAS SOCIAIS PELO EMPREGADOR: DEFININDO CRITÉRIOS	65
3.1 O reflexo do comportamento virtual do trabalhador na fase pré-contratual: seleção e contratação.	67
3.2 A postura do trabalhador nas redes sociais como fundamento para a cessação do contrato de trabalho: justa causa e dispensa arbitrária com conteúdo discriminatório.	74
3.3 Análise da jurisprudência e legislação nacional: recentes decisões e a Lei Geral de Proteção de Dados como parâmetro.....	85
3.3.1 Recentes decisões.....	85
3.3.2 Análise da legislação nacional: a Lei Geral de Proteção de Dados como parâmetro..	90
3.4 Parâmetros adotados na jurisprudência e legislação comparada: o caso de Portugal.....	95

CONCLUSÃO	103
REFÊRENCIAS	113
APÊNDICE.....	121